**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025**

Exclusivo para participação de Micro Empresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP

em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela

Lei Complementar 147/2014

A **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**,sediada à Av. João naves de Avila, 1617, Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, por meio do Agente de Contratação, neste ato denominado (a) Pregoeiro(a), designada (o) pela Portaria nº 089 de 06 de fevereiro de 2025, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** nos termos da Portaria n.º 205 de 13 de março de 2023, que pode ser consultada no link <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/transparencia/licitacoes-e-compras/legislacao/portaria-no-205-2023-regulamentacao-da-lei-no-14-133.docx>, **Lei 14.133/2021,** bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e, em conformidade com a autorização constante do **Processo nº 030/2025, de** **Protocolo sob o número 3042 de 14/05/2025.**

**DATA DA REALIZAÇÃO DO CERTAME**: **10/10/2025**

**HORÁRIO: 08:30** (Horário de Brasília/DF)

**LOCAL:** sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) – compras.gov

**UASG:** 925010 – Departamento de Licitações e Compras, telefones: 34 3239-1196 / 3239-1137 e 3239-1194.

**Sumário**

[1. DO OBJETO 3](#_Toc138140586)

[2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3](#_Toc138140587)

[3. DO PAGAMENTO 3](#_Toc138140588)

[4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO 3](#_Toc138140589)

[5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5](#_Toc138140590)

[6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 8](#_Toc138140591)

[7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 9](#_Toc138140592)

[8. DA FASE DE JULGAMENTO 14](#_Toc138140593)

[9. DA FASE DE HABILITAÇÃO 16](#_Toc138140594)

[10. DOS RECURSOS 19](#_Toc138140595)

[11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 20](#_Toc138140596)

[12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#_Toc138140597) 22

[13. DA FISCALIZAÇÃO 23](#_Toc138140598)

[14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 24](#_Toc138140599)

[15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 2](#_Toc138140600)4

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA...................................................................... ................................. 26

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS...........................................................................................................44

ANEXO III – MINUTA CONTRATUAL........................................................................................................58

1. DO OBJETO
   1. O objeto da presente licitação é **a aquisição de equipamentos audiovisuais profissionais, computador e contratação de assinatura pelo período de vinte e quatro meses de banco de imagens e vídeos FLICKR PRO UPLOAD, visando atender às demandas do Departamento TV Legislativa,** para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Uberlândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e sub anexos.
   2. O julgamento adotado será o **menor preço por grupo e item.**
2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Os encargos financeiros decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 01.122.7005.2258 – Manutenção dos Serviços Administrativos – Fichas 26306, 9079, 8905.

1. DO PAGAMENTO

**3.1.** O pagamento será efetuado conforme disposto no Termo de Referência.

**3.2.** As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012 e suas alterações, da Receita Federal, e disposições da Portaria 205/2023, sob pena de não aceitação por parte da contratante.

1. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
   1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**4.1.2** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

* 1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
  2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou, aqueles, se tornem desatualizados.
  3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
  4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm).
  5. Não poderão disputar esta licitação:
     1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
     2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
     3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
     4. Pessoa Jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
     5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
     6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
     7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
     8. agente público do órgão ou entidade licitante;
     9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
     10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art9§1).
  6. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoajurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
  7. A critério da Câmara e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
  8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
  9. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
  10. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

1. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
   1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, de lances e de julgamento (art. 17 Lei 14.133/2021).
   2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
   3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
      1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
      2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7°, XXXIII, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#art7);
      3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm);
      4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art16).
   5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art3), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art42), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art4§1)
      1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
   6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e neste Edital.
   7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
   8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
   9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
   10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
       1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
       2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
   11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
       1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, **quando adotado o critério de julgamento por menor preço por grupo/item avulso; ou**
       2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
   12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
   13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
   14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
2. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. Valor unitário do item e global do grupo;
      2. Fabricante, marca e modelo, se for o caso;
      3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
   2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
   3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
   4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
   5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
   6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
   7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo, o proponente, o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
   8. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**
   9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
   10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
3. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso (inversão das fases), anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
      1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
      2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
   6. **O lance deverá ser ofertado por item e o sistema computará o menor preço global do grupo/lote.**
   7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
   9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá serde 1% (um por cento).
   10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
   11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
   12. **O modo de disputa adotado é o “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.**
       1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
       2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
       3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
       4. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
       5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
   13. Poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
       1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
       2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
       3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
       4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
       5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
       6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
   14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores*.*
   15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
   19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
   20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm#art44), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm).
       1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
       2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
       3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
       4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
   21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
       1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art60), nesta ordem:
          1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
          2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
          3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
          4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
       2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
          1. empresas estabelecidas no Estado de Minas Gerais, conforme art. 60 §1º inciso I da Lei 14.133/2021;
          2. empresas brasileiras;
          3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
          4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.187%2C%20DE%2029%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202009.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20sobre,PNMC%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.).
   22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
       1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
       3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
       4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
       5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
   23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
4. DA FASE DE JULGAMENTO
   1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art14), legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro de fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o município de Uberlândia - CADUDI.

* 1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm#:~:text=%C3%A0s%20seguintes%20comina%C3%A7%C3%B5es%3A-,Art.,n%C2%BA%2012.120%2C%20de%202009).), através do sistema SICAF.
  2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do SICAF.
     1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
     2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
     3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
  3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
  4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
  5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
  6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
     1. contiver vícios insanáveis;
     2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
     3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
     4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
     5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
  7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
     1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
        1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
        2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
  8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
  10. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
  11. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
  12. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
  13. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

1. DA FASE DE HABILITAÇÃO
   1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art62).
      1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-ﬁnanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
   2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
      1. Não será permitido participação de empresa em consórcio.
   3. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser encaminhados **exclusivamente** por meio do sistema ou verificada no SICAF.
   4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
   5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art63)).
   6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
   7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
   8. **A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**
      1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
   9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
      1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
   10. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
       1. Os documentos exigidos para **habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
   11. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
       1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
   12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência ([Lei 14.133/21, art. 64](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art64)), para:
       1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
       2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
   13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro e a equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eﬁcácia para fins de habilitação e classificação.
   14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.10.1.
   15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
   16. Os documentos jurídicos, fiscais e econômico-financeiros que dependem de prazo de validade, e que não o contenha especificado em seu corpo, em Lei ou neste Edital, somente serão considerados aceitáveis se expedidos, no máximo, até 60 (sessenta) dias anteriores à data da sua apresentação.
2. DOS RECURSOS
   1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art165).
   2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
   3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
      1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
      2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
   4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
   5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
   6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
   7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
   9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no Departamento de Licitações e Compras da CMU, podendo ser solicitado por e-mail: [compras@camarauberlandia.mg.gov.br](mailto:compras@camarauberlandia.mg.gov.br)
3. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
   1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
      1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
      2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
         1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
         2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
         3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
         4. deixar de apresentar amostra;
         5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
      3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
         1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
      4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
      5. fraudar a licitação.
      6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
         1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
         2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
         3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
      7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
      8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5).
   2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
      1. advertência;
      2. multa;
      3. impedimento de licitar e contratar e
      4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
   3. Na aplicação das sanções serão considerados:
      1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
      2. as peculiaridades do caso concreto;
      3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
      4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
      5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
      6. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas na Portaria 205 de 2023.
      7. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.
      8. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 114 e seguintes da mesma Portaria.
      9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.
      10. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
      11. As sanções relacionadas nos incisos III e IV do artigo 110 da Portaria 205 de 2023, serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo, e ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Uberlândia – CADUDI.
      12. Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Coordenadoria de Controle Interno, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
      13. Para a execução do contrato derivado dos Termos de Referência, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, conforme art. 164 da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), devendo **formalizar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**
   2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
   3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados para o e-mail: [compras@camarauberlandia.mg.gov.br](mailto:compras@camarauberlandia.mg.gov.br);
   4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
      1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
   5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
5. DA FISCALIZAÇÃO
   1. Em observância às exigências contidas no artigo 254 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto na Portaria 205 de 2023.
   2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.
   3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
   4. O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.
   5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso X do artigo 21 da Portaria 205 de 2023.
6. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO
   1. O pregoeiro encerará a sessão de julgamento e encaminhará a ata e o resultado por fornecedor para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.
   2. A licitante vencedora, após a homologação, será notificada para assinar, de forma preferencialmente eletrônica, no prazo de 10 (dez) dias, o Contrato de acordo com as normas vigentes, ou retirar o instrumento equivalente.
   3. A licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Câmara e, será descredenciada do Cadastro de fornecedores do Município de Uberlândia ou da entidade promotora do Pregão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais comunicações legais garantida a ampla defesa.
   4. O não comparecimento da licitante vencedora para assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, faculta a Câmara convocar em sessão pública sucessivamente as demais licitantes, para negociar redução sobre sua própria proposta, se após a negociação o pregoeiro estiver convencido de que há vantagem para Administração, aceitará o valor negociado, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame.
7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
   2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
   3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília - DF.
   4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.camarauberlandia.mg.gov.br/Portal_v2/transparencia/licitacoes-e-compras> .
   11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência.
       2. ANEXO II – Proposta de preços.
       3. ANEXO III– Minuta de Contrato.

Uberlândia /MG, 19 de setembro de 2025.

**Hélida Luiza Azevedo Crosara**

**CHEFE DA SEÇÃO DE EDITAIS E CONTRATOS**

**Liza Fernandes Prado**

**1ª SECRETÁRIA/ORDENADORA DE DESPESA**

**ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRONICO Nº 90016/2025 - PROCESSO Nº 030/2025**

Exclusivo para participação de Micro Empresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP

em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela

Lei Complementar 147/2014

**1 DIRETORIA REQUERENTE**

TV Legislativa – Diretor Ronaldo Sebastião Ferreira / Seção de Produção Gráfica e Fotografia – Chefe Aline Rezende Corrêa.

**2 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

2.1 **OBJETO:** Aquisição de equipamentos audiovisuais profissionais, computador e contratação de assinatura, pelo período de vinte e quatro meses, de banco de imagens e vídeos, visando atender às demandas do Departamento TV Legislativa, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

2.2 A licitação é composta por **05 grupos e 02 itens**, o licitante poderá participar dos itens/grupo que for de seu interesse, entretanto, no caso do grupo, o licitante deverá oferecer proposta para todos os itens que compõem o grupo.

2.3 O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR GRUPO E ITEM.**

**3 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas, uma vez que este procedimento tem sido positivo para a Câmara Municipal de Uberlândia, com a redução dos preços das contratações, já que incentiva a competitividade entre os licitantes, evitando assim que os concorrentes limitem suas ofertas aos valores previamente cotados pelo Departamento de Licitações e Compras.

**4 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Com o objetivo de assegurar o bom andamento e aprimorar a performance das atividades executadas diariamente, a aquisição dos equipamentos e peças de sonorização profissional visa atender às novas tecnologias adotadas no segmento de comunicação. A iniciativa busca modernizar, renovar, ampliar e desenvolver as transmissões dentro dos padrões técnicos exigidos para plataformas online e televisão, além de promover melhores condições de trabalho para o Departamento TV Legislativa e a Seção de Produção Gráfica e Fotografia.

Importante destacar que, desde 2021, o Departamento de TV Legislativa vem se empenhando na renovação de seu parque de equipamentos e peças, além de atuar na implantação da Rádio Câmara Uberlândia. A tabela abaixo apresenta o planejamento elaborado pelo Departamento para viabilizar a modernização e as melhorias necessárias.

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de manter um sistema de sonorização de alta qualidade, que assegure o pleno funcionamento dos recursos de áudio e vídeo durante eventos, palestras, recepções, cerimônias e demais atividades públicas. O objetivo é atender de forma adequada às demandas do Plenário nos diversos eventos oficiais realizados nas dependências do órgão, garantindo qualidade, eficiência e confiabilidade nas transmissões e reproduções sonoras.

**5 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**5.1 – GRUPO 01 - ITENS 01 A 03 –** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **01** | MESA DE ÁUDIO DIGITAL 48 CANAIS 13 FADERS TELA TOUCH.  **MODELO DE REFERÊNCIA: BEHRINGER – WING COMPACT 48 CANAIS**  Característica Mínima:  Tipo: Mesa de mixagem digital estéreo de 48 canais e 28 barramentos; Pré-amplificadores: 24 Midas PRO;  Saídas: 8 Midas PRO;  Tela principal: LCD TFT de 10,1", 1280 x 800 px, toque capacitivo, giratória, ajuste contínuo: 15°- 60°, Tela LCD de grupo de 4 canais com faixa de cores RGB por canal 320 x 48 monocromático;  Faders: 13 motorizados de 100 mm (12 + 1 principal);  Conectividade: 3 portas AES50 (144 canais de entrada/saída), 2 portas Ethernet para controle remoto em rede e suporte para redes Dante e Waves SoundGrid;  Processamento de áudio: 40 canais de entrada estéreo com 5 slots de processamento, 8 canais auxiliares estéreo com slot de efeito único;  Controles personalizados: 4 controles rotativos totalmente atribuíveis, botões retro iluminados totalmente atribuíveis: 8 + 8, controles / botões rotativos variáveis:4 / 4;  Alimentação: Ajuste automático de 100-240 VCA (50/60 Hz), consumo de 130 W;  Temperatura de operação: 5°C a 40°C;  Impedância de saída auxiliar, TRS (desbalanceada/balanceada): 150 ohms / 300 ohms;  Impedância de saída dos fones / nível máximo de saída: 1 W máx. @ 30 Ohm;  Impedância de saída, conectores XLR (desbalanceados/balanceados): 75 ohms / 75 ohms;  Impedância de entrada, conectores TRS (desbalanceados / balanceados): 20 kohms / 40 kohms;  Nível máximo de entrada sem clipe, conectores TRS: +16 dBu;  Nível de saída auxiliar, TRS (nominal / máximo): +4 dBu / +16 dBu;  Impedância de saída auxiliar, TRS (desbalanceada/balanceada): 150 ohms / 300 ohms;  Impedância de saída dos fones / nível máximo de saída: 1 W máx. @ 30 Ohm  Nível de ruído residual, conectores XLR de saída 1-16, ganho unitário: -97 dBu;  Nível de ruído residual, conectores de saída TRS auxiliar e monitor: -95 dBu;  Acessórios Inclusos: Cabo de alimentação, Manual de Instruções, Abas para prender no rack;  Dimensões (AxLxP): 57,43 x 45,337 x 22,5 cm;  Cor: Preto.  GARANTIA: 02 ANOS.  CATMAT COMPRAS.GOV: 603739 | 01 Unidade |
| **02** | DESINSTALAÇÃO / INSTALAÇÃO.  Desmontagem da mesa de áudio existente no Plenário, retirando todos os cabos apontados pelo diretor da TV Câmara, montagem do novo equipamento e troca dos cabos.  Todos os equipamentos, ferramentas, EPIs e materiais indispensáveis à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada.  CATSER COMPRAS.GOV: 13757 | 01 Serviço |
| **03** | TREINAMENTO  Treinamento técnico operacional da mesa de áudio para o operador do Departamento TV Legislativa.  Todas as despesas indispensáveis à execução do serviço deverão ser integralmente arcadas pela contratada.  CATSER COMPRAS.GOV: 17256 | 01 Serviço |

**5.2 - GRUPO 02 - ITENS 04 A 06 –** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **04** | MICROFONE GOOSNECK 18” COM CÁPSULA E WINDSCREEN.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE – MX418S**  Característica Mínima:  Haste de 18”;  Aproximadamente 45 cm ajustável;  Cápsula Supercardioide original com WideScreen.  Frequência: 50 Hz a 17 kHz;  SPL Máximo: 122,7 dB (1 kHz, 1% THD, Carga de 1kO);  Saída Analógica: 1x XLR 3-pinos;  Fontes de Alimentação: Phantom Power - Tensão de Operação:  11 a 52 V;  Comprimento do Cabo: 10' / 3 m  Dimensões da Caixa (LxAxP): 63,5 x 13,5 x 7,1 cm.  Cor Preto.  GARANTIA: 02 ANOS  CATMAT COMPRAS.GOV: 302370 | 2 Unidades |
| **05** | MICROFONE DE MÃO COM BASE RECEPTORA.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE - SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO UHF SHURE BLX24RBR/SM58. MODELO:M15**  Característica Mínima:  Sistema sem fio digital em rack;  Frequência da entre 542-572 MHz;  Analógico / Digital: Analógico;  Faixa de operação: 300 pés. Linha de visão;  Resposta de frequência: 50Hz-15kHz;  Microfone Incluído: Transmissor BLX2 com cápsula SM58  Seleção de canal: Auto / Manual Fonte de alimentação - 2 baterias AA com até 14 horas;  Antena - 2 antenas de 1/4 onda;  Cabos de energia e demais acessórios.  Cor Preto.  GARANTIA: 02 ANOS  CATMAT COMPRAS.GOV: 302370 | 2 Unidades |
| **06** | ESPUMA WINDSCREEN.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE**  Característica Mínima:  Espuma WideScreen, para capsula de microfone goosnech da Shure.  Modelo do microfone: Shure – MX418S  Cor: Preta.  CATMAT COMPRAS.GOV: 253821 | 20 Unidades |

**5.3 - GRUPO 03 - ITENS 07 A 10 –** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **07** | CABO DE ÁUDIO PARA MICROFONE.  **MODELO DE REFERÊNCIA: DATALINK - MIC-030**  Característica Mínima:  Cabo para ligação de microfones balanceados e ou desbalanceados. 2X30MM, MAIS MALHA;  CONDUTOR: Condutores em cobre OFHC estanhado;  SEÇÃO: 0,30 mm² /~ 22AWG;  ISOLAÇÃO: Isolação em composto especial;  PRIMEIRA BLINDAGEM:  fita de poliéster aluminizada com 100% de cobertura;  SEGUNDA BLINDAGEM:  Malha de cobre estanhado OFHC;  COBERTURA: Cobertura emborrachada especial. (Ø 6,00 mm);  GRAVAÇÃO: Gravação dupla da metragem na cobertura externa, facilitando o controle de estoque;  ACONDICIONAMENTO: Disponibilizamos rolos de 50 a 100 metros, bobinas e carretéis;  Cor: preto  GARANTIA: 3 MESES  CATMAT COMPRAS.GOV: 382960 | 180 metros |
| **08** | CONECTOR P2 STEREO.  **MODELO DE REFERÊNCIA: P2ST - SANTO ÂNGELO**  Característica Mínima:  Conector profissional tipo P2 estéreo;  Latão banhado a Ouro e Capa Preta.  GARANTIA: 6 MESES  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 Unidades |
| **09** | CONECTOR XLR MACHO.  **MODELO DE REFERÊNCIA: NEUTRIK MACHO - NC3MXX-D**  Característica Mínima:  Tipo de conexão: XLR Gênero: Macho de line Capacitância entre contatos: < 4 pF Contato de resistência: < 3 m Ohms Rigidez dielétrica: 1,5 kVdc Resistência de isolamento: > 10 GOhms (inicial) Corrente nominal por contato: 16 A Tensão nominal: <50 V Diâmetro externo do cabo: 3,5 - 8,0 mm Força de inserção: < 20 N Força de retirada: < 20 N Wiresize máx.: 2,5 mm² Wiresize máx. 14 AWG Fiação: Contatos de solda  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 Unidades |
| **10** | CONECTORES XLR FÊMEA.  **MODELO DE REFERÊNCIA: NEUTRIK FÊMEA - NC3FXX-EMC**  Característica Mínima:  Tipo de conexão: XLR; Gênero: fêmea de 3 polos;  Capacitância entre contatos: ≤ 4 pF;  Contato de resistência: < 3 m Ohms;  Rigidez dielétrica: 1,5 kVdc;  Resistência de isolamento: > 10 GOhms (inicial);  Corrente nominal por contato: 16 A;  Tensão nominal: <50 V;  Diâmetro externo do cabo: 3,5 - 8,0 mm;  Força de inserção: ≤ 20 N;  Força de retirada: ≤ 20 N;  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 Unidades |

**5.4 - GRUPO 04 - ITENS 11 E 12 –** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **11** | CAIXA DE SOM AMBIENTE – 02 ALTO-FALANTES.  **MODELO DE REFERÊNCIA: ALTO-FALANTE JBL SELENIUM AMBIENTARE C621**  Característica Mínima:  Caixa de som ambiental com duas vias;  Quantidade de alto-falantes: 2;  Tipo de sistema alto-falante de 6” e tweeter de 0,75” domo em PI;  Potência de 50W RMS;  Pressão máxima (Pico) de 110 dBSPL (calculado);  Resposta de frequência: 85Hz a 20KHz;  Impedância 8 Ohm;  Conexão Bornes;  Com suporte de parede;  Cor: Preto.  Dimensões: (AxLxP): 285mm x 215mm x 177mm  GARANTIA: 90 DIAS  CATMAT COMPRAS.GOV: 413673 | 02 Pares |
| **12** | CAIXA DE SOM – COLUNA PASSIVA E ATIVA  **MODELO DE REFERÊNCIA: EDIFIER - R1280DB BIVOLT 42W RMS**  Característica Mínima:  Potência: 42W (21W x2);  Entradas Bluetooth (V4.0) - Óptica (24bit/48KHz) - Coaxial (24bit/48KHz) - Duas entradas RCA para conectividade com múltiplas fontes de áudio; Controles: Volume, agudos e baixo; Tweeter: Cúpula de 13 milímetros de seda, 4 Ohms; Woofer: 4 ", 6 Ohms; Impedância de entrada: 10K Ohms; Sensibilidade de entrada: PC: 750 mV ± 50 mV / AUX: 550 mV ± 50 mV; Frequência de resposta: 75Hz-18KHz (± 9 dB); Bivolt;  Dimensões: 146x234x196 mm (W x H x D) Cor: Preto.  Deve conter:  01-Coluna Passiva 01-Coluna Ativa 01-Controle Remoto 01-Cabo p2(3.5mm) -RCA 01-Cabo Dual RCA  01-Cabo Optical 01-Manual de Instruções  GARANTIA: 02 ANOS.  CATMAT COMPRAS.GOV: 413673 | 01 Par |

**5.5 - GRUPO 05 - ITENS 13 E 14 –** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **13** | CARREGADOR DE BATERIA DA MARCA CANON COM CABO DE ENERGIA.  **A aquisição da peça da marca Canon justifica-se pelas recomendações contidas no manual do fabricante, referentes aos equipamentos flash Canon speedlite el-5 e à câmera fotográfica Canon eos r3, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico 90.021/24, cuja garantia ainda se encontra vigente.**  Característica Exata:  **MODELO: LC-E6/LC- E6E, PARA USO COM A BATERIA LP-E6 E CABO DE ENERGIA** [**ACPC-100BR**](https://www.loja.canon.com.br/pt/canonbr/ACPC-100BR)  Voltagem: 110V/220V;  Tempo de Recarga: Aprox. 2 horas 30 min;  Entrada Nominal: 100 - 240 V CA (50/60 HZ);  Saída Nominal: 8,4 V DC / 1,2ª;  Faixa de Temperatura de Trabalho: 5 ° C - 40 ° C;  Umidade de Trabalho: 85% ou menos;  Dimensões (LxAxP): 6,9x3,3x9,3 cm;  Cabo de alimentação para carregar LC-E6E  CATMAT COMPRAS.GOV: 362234 | 02 Unidades |
| **14** | BATERIA DA MARCA CANON.  **A aquisição da peça da marca Canon justifica-se pelas recomendações contidas no manual do fabricante, referentes aos equipamentos flash Canon speedlite el-5 e à câmera fotográfica Canon eos r3, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico 90.021/24, cuja garantia ainda se encontra vigente.**  Característica Exata:  **MODELO: LP-E19, PARA UTILIZAÇÃO NAS CÂMERAS EOS R3 E EOS-1D X MARK II**  Bateria recarregável de Íons de Lítio (2700 mAh)  Tipo: Bateria de íons de lítio recarregável;  Tensão nominal: 10,8 V CC;  Capacidade Nominal: 2700 mAh;  Temperatura de operação: 0-45°C;  Dimensões: 68,45 x 34,2 x 92,8 mm.  CATMAT COMPRAS.GOV: 333185 | 02 Unidades |

**5.6 – ITEM 15 AVULSO -** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **15** | ASSINATURA DE BANCO DE IMAGENS E VÍDEOS **FLICKR PRO UPLOAD**  Característica Mínima:  01 Assinatura por 24 (vinte e quatro) meses para 01 usuário;  Ferramentas para facilitar o gerenciamento de foto; Compartilhamento; hospedagem e partilha de imagens;  Criação, gerenciamento e armazenamento, por meio de sistema on-line, nuvem ou outro software com separação de fotos da produção de fotografias;  Criação de álbuns;  Imagens com resoluções de até 5K;  Reproduções de vídeos de até 10 minutos;  Armazenamento ilimitado;  Navegação sem anúncios;  Estacas Avançadas.  CATSER COMPRAS.GOV: 21040 | 01 assinatura |

**5.7 – ITEM 16 AVULSO -** Exclusivo à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO DO OBJETO** | **QTDE.** |
| **16** | COMPUTADOR MONTADO, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER COMPATÍVEIS.  Característica Mínima:  **PLACA MÃE - MODELO DE REFERÊNCIA: Placa Mãe AsRock z690 AQUA.**   * Duas entradas PCIe Gen5 x16 slot, uma entrada PCIe 4.0 x16, uma entrada PCIe 3.0 x1. * Placa de rede onbord uma entrada de LAN 10/100/1000/2500 Mb/s e outro LAN 10/100/1000 Mb/s. * Saída onbord de Vídeo HDMI 2.1. * Memorias DDR5 de canal duplo, sendo 4 slots DIMM DDR5; Chiset Intel Z690; deve suportar Intel Core de décima segunda geração com soquete LGA1700; WIFI 802.11ax 6E, 8 Layers na PCB. Formato ATX. * 02 (Duas) portas de antena, 01(uma) porta HDMI, 2 (duas) portas USB 3.2 Gen2, 04 (quatro) portas USB 3.2 Gen1 tipo A, 02 (duas) portas RJ45 com LED e 01 (uma) BIO flashback Button; * Slot da CPU: 01(um) soquete Hyper M.2 tipo 2280 PCIe4x4 (64Gb/s), 01 (um) soquete Hyper M.2 tipo2242/2260/2280 PCIe4x4 (64Gb/s), 01 (um) soquete M.2 tipo 2230/2242/2260/2280 sata3 6Gb/s PCIe3x2 (16Gb/s), 06 (seis) conectores sata3 e 01 (um) conector independente sata3 6Gb/s. Deve aceitar overclocking.   **PROCESSADOR - MODELO DE REFERÊNCIA: PROCESSADOR I9 INTEL 12900K.**   * Socket: 1700 totalmente compatível com a placa mãe; * Frequência Base: 3.2 GHz; * Frequência Core Turbo: Até 5.2 Ghz; * Intel Smart Cache: 30MB; * Núcleos: 16 (8P+8E); * Threads: 24; * Velocidade de memória: DDR5: 4800MHz * Suporte a PCIe Gen 5.0, 4.0, 3.0.   **PLACA DE VÍDEO - MODELO DE REFERÊNCIA: PLACA DE VÍDEO GPU GEFORCE RTX 3080 NB 10G LHR-V**   * OFF Bord, para PCI Express PCIe 4.0 x16; * TDP: 370w; * GPU: Ga102; * Cuda: 8704; * Core clock: até1710MHz; * One-Key OC: 1440mhz - Boost: 1755mhz; * Memória: 10GB; * Tipo de memória: GDDR6x; * Velocidade da memória: 19gbps; * Conexão: 3\*DP+1\*HDMI; * Suporte OpenGL: OpenGL4.6; * PCI Express: 4.0; * Alimentação recomendada: 750w ou superior.   **PLACA DE CAPTURA - MODELO DE REFERÊNCIA: PLACA DE CAPTURA SDI DECKLINK DUO DOIS /BLACKMAGIC/**  **SSD NVME 2280 DA FURY.**   * Captura/reprodução de até 1080p60; * Canais de áudio: 16 x Embedded, HD e SD (entrada e saída); * Taxa de amostragem de áudio: 24 bits, 48 kHz; * 8-/10-bit 4:2:2 em todos os modos até 1080p30; * 4:4:4 de 12 bits até 1080p30 no modo de reprodução; * Downconversion de HD para SD; * Upconversion de SD para HD; * Conversão cruzada de hardware entre 720p e 1080p na reprodução; * Gravando. 601 e Rec. 709 espaço de cores; * Entrada de Sincronização: Tri-Sync ou Black Burst   **MEMÓRIA RAM - MODELO DE REFERÊNCIA: MEMÓRIA RAM DDR5 FURY.**   * Capacidade Total: 32GB (2x16GB); * Frequências: 5600MHz; * Latência: 40-40-40; * Tensão: 1.25V; * Temperatura de operação: 0°C a 85°C; * Dimensões: 133,35 mm x 34,9 mm x 6,62 mm; * Compatibilidade: Intel XMP; DDR5; * CL40.   **DISSIPADOR DE CALOR - MODELO DE REFERÊNCIA: FONTE COSAIR 1000W**   * Conector ATX: 1; * Potência Contínua W: 1000 Watts; * Conector EPS: 2; * Tamanho do ventilador MM: 140 mm; * Conector PCIe: 5; * Fator de forma da fonte de alimentação: ATX; * Eficiência 80 PLUS: Platinum; * Compatível com a placa mãe e os periféricos solicitados, todos os cabos de acordo com consumo e alimentação dos circuitos.   **GABINETE TIPO DE RACK 19” - MODELO DE REFERÊNCIA: GABINETE RACK PARA SERVIDOR K-MEX - CR-S455.**   * Cor: preto fosco; * Gabinete com tampa superior, fixadas com parafusos de roscas; * Chassi: SECC 1.2 mm; * Altura: 4U; * Largura: 19”; * 7 slots de placas para placa de perfil normal; * Baias: 3 baias externas de 5¼, 8 baias internas de 3½, 6 baias internam de 2½; * Painel frontal: 1 (um) chave de Liga/Desliga, 1 (um)chave de Reset, LED azul indicador de funcionamento, LED vermelho indicador de acesso a discos; * 2 (duas) portas USB frontais; * Placas mãe compatível: ATX e Micro ATX; * Fontes no padrão ATX; * Ventilação: Frontal: 1 cooler de 12 x 12 cm (incluso e instalado); Traseiro: 2 entradas para cooler de 60 x 60 mm; * Dimensões (C x L x A): 590 x 548 x 265mm.   **MONITOR DE VÍDEO - MODELO DE REFERÊNCIA: MONITOR GAMER SAMSUNG 27" T350.**   * Tamanho: 27"; * Formato: Plano; * Proporção de Tela: 16:9; * Tipo de painel: IPS; * Brilho (Típico): 250 cd/m², Brilho (mínimo): 200 cd/m²; * Contraste Estático: 1000:1 (padrão); * Tipo de Contraste: Mega; * Resolução: 1920 x 1080 (full HD); * Tempo de resposta: 5 (GTG; * Ângulo de visão (horizontal / vertical): 178°/178°; Suporte de Cor: Máx 16,7 milhões; * Taxa de atualização: 75 Hz máx; * Alimentação: Voltagem: AC 100 ~ 240V; * Dimensões: Conjunto com suporte (LxAxP): 612,1 x 463,9 x 232,0 mm.   **SSD DE 1 TB - MODELO DE REFERÊNCIA: SSD DE 1 TB KINGSTON FURY RENEGADE**   * Capacidades: 1000 GB; * Resistência: 1.0 PBW; * MTBF: 1.800.000 de horas; * Formato: M.2 2280; * Interface: PCIe 4.0 NVMe; * Controlador: Phison E18; * NAND: 3D TLC; * Dimensões: 80 mm x 22 mm x 2,21 mm; * Leitura/Gravação 4K: até 900.000/1.000.000 IOPS; * Consumo de energia: Inativo: 5mW, Med: 0.33W, Leitura 2.8W (MAX), Gravação: 6.3W (MAX); * Desempenho: Leitura: 7300 MB/s, Gravação: 6000 MB/s.   **SSD DE 4 TB - MODELO DE REFERÊNCIA: SSD DE 4 TB - KINGSTON FURY RENEGADE**   * Capacidades: 4000 GB; * Formato: M.2 2280; * Interface: PCIe 4.0 NVMe; * 7.300MB/s para Leitura, 7.000MB/s para Gravação.   **MOUSE - MODELO DE REFERÊNCIA: MOUSE WIRED DESKTOP 600**   * Mouse Óptico 800dpi; * Roda de rolagem (scroll); * Alimentação: USB; * Cor: Preto; * Equipamentos compatíveis: PC; * Design Ergonômico.   **TECLADO - MODELO DE REFERÊNCIA: TECLADO WIRED DESKTOP 600**   * Cor: Preto; * Conexão: USB; * De acordo com as Normas ABNT 2; * Controle suas atividades de mídia: tocar, pausar, aumentar ou diminuir o volume, mudo e abrir o Media Player com um simples toque de um botão; * Teclas de acesso rápido do Windows;   **SISTEMA OPERACIONAL - MODELO DE REFERÊNCIA: SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PRO 11**   * Windows pro 11; * Processador: 1 GHz (gigahertz) ou mais rápido com 2 ou mais núcleos em um processador de 64 bits compatível ou SoC (System on a Chip); * RAM: 4 GB (gigabytes); * Armazenamento: Dispositivo com armazenamento de 64 GB ou mais; * Firmware do sistema: UEFI, compatível com Inicialização Segura; * TPM: (Trusted Platform Module) versão 2.0; * Placa gráfica: Compatível com DirectX 12 ou posterior com driver WDDM 2.0; * Tela: Tela de alta definição (720p) com mais de 9 polegadas na diagonal, 8 bits por canal de cor.    GARANTIA: 1 ANO.  CATSER COMPRAS.GOV: 27111 | 03 Unidades |

5.8 - Ressalta-se que as especificações dos itens que prevalecerão serão, OBRIGATORIAMENTE, aquelas constantes neste Termo de Referência, tendo em vista que os catálogos de materiais (CATMAT) e serviços (CATSER) do sistema compras.gov.br não contemplam todas as especificações exigidas pela Câmara. **PORTANTO, O LICITANTE DEVERÁ ELABORAR SUA PROPOSTA COM BASE NA DESCRIÇÃO CONSTANTE DESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

5.9 - Licitação exclusiva à participação de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP em cumprimento ao artigo n.º 48, I da Lei Complementar nº 123/06 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

5.10 - Os preços contidos na proposta deverão incluir todas as despesas e custos diretos e indiretos, tais como: tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro e outros necessários ao fiel cumprimento do objeto, ficando quaisquer despesas omitidas da proposta ou incorretamente cotadas, consideradas inclusas nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue conforme o Termo de Referência.

**5.11 - O LICITANTE VENCEDOR DA DISPUTA DEVERÁ APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA COMERCIAL**: catálogo ou prospecto técnico do item ofertado.

**5.12 -** **A PROPOSTA COMERCIAL PARA O ITEM 16 DEVERÁ DEMONSTRAR OS COMPONENTES DO COMPUTADOR MONTADO,** com as respectivas informações de **MARCA E MODELO PARA CADA COMPONENTE:** placa mãe, processador, placa de vídeo, placa de captura, memória ram, dissipador de calor, gabinete tipo rack, monitor, ssd de 01tb, ssd de 4 tb, mouse, teclado e sistema operacional.

**6 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**6.1 - DA INDICAÇÃO DA MARCA:** Na presente contratação, as marcas indicadas têm como finalidade orientar o fornecedor quanto aos parâmetros mínimos de qualidade, segurança e características dos materiais capazes de atender às necessidades da Administração Pública. O licitante poderá apresentar outras marcas equivalentes, desde que atendam integralmente às especificações deste termo e possuam qualidade igual ou superior às indicadas, de modo a assegurar o cumprimento dos objetivos previstos pelo Departamento TV Legislativa.

**6.2 - JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MARCA CANON – ITENS 13 E 14:** A aquisição do CARREGADOR DE BATERIA e da respectiva BATERIA, ambos da marca Canon, justifica-se pelas recomendações do manual do fabricante, referentes aos equipamentos Flash Canon Speedlite EL-5 e à Câmera Fotográfica Canon EOS R3, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 90.021/24, cuja garantia encontra-se vigente. O uso de peças de outras marcas ou não homologadas pelo fabricante pode acarretar na perda da cobertura de garantia, conforme os termos estabelecidos pelo próprio fabricante. Além disso, peças originais garantem compatibilidade total, melhor desempenho, maior durabilidade e segurança no funcionamento do equipamento.

**6.3 - JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO POR GRUPO:**

**6.3.1 -** Os equipamentos e componentes a serem adquiridos possuem características e aplicações distintas, mas são complementares e essenciais à composição do sistema de sonorização da TV Legislativa, contribuindo diretamente para a qualidade tecnológica e o pleno funcionamento dos recursos de áudio e vídeo.

**6.3.2** - Com a licitação por grupo, é possível contratar fornecedores especializados em determinados tipos de equipamentos e peças, o que pode resultar em maior economicidade e eficiência operacional. Essa estratégia evita a concentração da contratação em um único fornecedor, que, muitas vezes, apresenta preços pouco vantajosos ou desempenho insuficiente para atender adequadamente a todos os itens.

**6.3.3 -** Com a divisão por grupos, a execução contratual torna-se mais eficiente e o acompanhamento técnico mais preciso, facilitando o controle de qualidade e a conferência dos itens entregues. Nas licitações realizadas por itens isolados, é comum ocorrer desinteresse por determinados produtos, o que resulta em itens desertos (sem propostas), além de atrasos na entrega e, em alguns casos, desistência por parte dos fornecedores em cumprir integralmente o contrato. Tais situações comprometem significativamente o planejamento da TV Legislativa, especialmente quando se busca a implantação de um sistema de sonorização de qualidade, integrando recursos de áudio e vídeo. A ausência ou o atraso na entrega de um único item pode comprometer a qualidade e a eficiência do sistema como um todo.

**6.4 - DA SUBCONTRATAÇÃO:** Não será admitido a subcontratação do objeto em questão, visto que, considerando as características elencadas neste Termo de Referência que se trata de compra de materiais, o objeto deste processo não possui complexidade ou características financeiras ou de execução, além de serem comumente comercializados no mercado, no qual a(s) empresa(s) do ramo especializado, isoladamente poderão deter as condições necessárias para executar o objeto.

**6.5 - DA GARANTIA DOS ITENS**: O prazo de garantia dos itens está especificado nas Tabelas 5.1 a 5.7.

6.5.1 - Na ausência de indicação expressa da garantia na descrição do item, aplica-se o prazo legal de 30 (trinta) dias para produtos não duráveis e 90 (noventa) dias para produtos duráveis, conforme disposto nos artigos 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor.

6.5.2 - Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nas Tabelas 5.1 a 5.7, caberá ao fornecedor complementar a garantia do material pelo período restante, de forma a atender integralmente ao prazo exigido.

6.5.3 - Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do envio da notificação enviada ao Contratado.

6.5.4 - O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante. O custo referente ao transporte dos materiais que forem substituídos será de responsabilidade do Contratado.

**6.6 – VISTORIA: PARA O GRUPO 01 - ITENS 01 A 03:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, e propicia aos licitantes obterem, para sua própria utilização e por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária à elaboração da proposta, assegurando ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

6.6.1 Os proponentes que desejarem realizar a vistoria/visita técnica poderão agendar pelo e-mail: [compras@camarauberlandia.mg.gov.br](mailto:compras@camarauberlandia.mg.gov.br) ou telefones (34) 3239-1137 e 3239-1194, no horário de 09:00h as 12:00h e das 14:00 às 17:00h de segunda a sexta-feira, em dias úteis. A visita poderá ser efetuada por um responsável da empresa, *até 24 horas antes da* data marcada para abertura do pregão.

6.6.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

6.6.3 O representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa em papel timbrado, com CNPJ e razão social, contendo seu nome, CPF e função que o mesmo ocupa na empresa.

6.6.4 Após a realização da vistoria/visita técnica será fornecido ao representante da proponente, o Termo de Visita/Vistoria Técnica declarando a visita do licitante e recolhendo a ciência do mesmo sobre os aspectos relevantes à execução do objeto da contratação.

6.6.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**7 EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1 Os equipamentos deste objeto de contratação deverão ser novos de primeiro uso e entregue na Câmara Municipal de Uberlândia, em perfeito estado de funcionamento e sem amassados, arranhões ou outras avarias.

**7.2** **PRAZO DE ENTREGA -** **OS GRUPOS 01 a 05 e ITEM 16** deverão ser entregues no prazo máximo de **40 (quarenta) dias úteis,** contados a partir do recebimento da Nota de Empenho enviada pelo Departamento de Licitações e Compras ao e-mail do fornecedor. A vigência da contratação estará vinculada ao período de garantia dos itens, iniciando-se na data de emissão do Termo de Recebimento do Item.

**7.3 PARA O ITEM 15 – ASSINATURA DO BANCO DE IMAGENS E VÍDEOS FLICKR PRO**

7.3.1 **PRAZO DE VIGÊNCIA**: O presente contrato terá um prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da última assinatura digital aposta no contrato, podendo ser prorrogada na forma do art. 107 da Lei 14.133/21, observados as diretrizes previstas na legislação.

7.3.2 **PRAZO DE ENTREGA:** O fornecedor deverá disponibilizar o acesso ao serviço no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a assinatura do contrato. O acesso deverá ser efetuado mediante login e senha.

7.3.3 O serviço deverá ser ininterrupto, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

7.4 Importa ressaltar que todos os itens a serem adquiridos deverão ser entregues integralmente, observando o prazo máximo estabelecido para a entrega. A LIQUIDAÇÃO DO PAGAMENTO SERÁ EFETUADA EM PARCELA ÚNICA, tanto para os GRUPOS quanto para os ITENS, somente após a conclusão da entrega e o ateste do gestor e do fiscal do contrato.

**7.5** **LOCAL DA ENTREGA:** A empresa contratada deverá entregar os produtos, objetos deste processo na Câmara Municipal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 1617 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia/MG, Cep: 38.408-144, e ser efetuada no horário das 09:00h às 17:00h em dias úteis (segunda a sexta-feira).

**8 GESTÃO DO CONTRATO**

* 1. A entrega dos equipamentos deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
  2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da entrega, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
  3. A Contratante e a Contratada devem realizar registro por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
  4. A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
  5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Departamento Requisitante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
  6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato. ([art. 117, caput](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art117) da Lei 14.133, de 2021)
  7. Cabe ao fiscal do contrato:

g.1 Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Câmara Municipal.

g.2 Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133 de 2021, art. 117, §1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art117§1))

g.3 Identificar qualquer inexatidão ou irregularidade e emitir notificação para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

g.4 Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

g.5 Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade.

g.6 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

g.7 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

* 1. Cabe ao gestor do contrato:

h.1 Coordenar a atualizar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

h.2 Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

h.3 Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

h.4 Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133 de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

* **Do recebimento:**
* Os itens serão recebidos PROVISORIAMENTE, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável ao acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
* Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
* O recebimento DEFINITIVO ocorrerá no prazo de 05 (dias) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado.
* O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
* O prazo para a solução pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
* O não cumprimento do disposto nos subitens ACIMA, acarretará a aplicação de penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.
* **Da forma de pagamento:**
* O pagamento será efetuado ao Contratado em até 5 (cinco) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
* Para fins do devido pagamento o requisitante deverá fazer juntada à Nota Fiscal, o TERMO DE RECEBIMENTO, bem com prova de cumprimento da regularidade fiscal e trabalhista, com a apresentação das certidões negativas exigidas no Edital na fase da Habilitação, devidamente atualizadas, bem como o ateste do fiscal da compra.
* Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à Contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie a regularização. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
* O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
* Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
* Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
* Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
* O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
* Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
* Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**10 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPO E ITEM.

**O LICITANTE VENCEDOR DA DISPUTA DEVERÁ APRESENTAR JUNTO À PROPOSTA COMERCIAL**: catálogo ou prospecto técnico do item ofertado.

**A PROPOSTA COMERCIAL PARA O ITEM 16 DEVERÁ DEMONSTRAR OS COMPONENTES DO COMPUTADOR MONTADO,** com as respectivas informações de **MARCA E MODELO PARA CADA COMPONENTE:** placa mãe, processador, placa de vídeo, placa de captura, memória RAM, dissipador de calor, gabinete tipo rack, monitor, SSD de 01tb, SSD de 4 tb, mouse, teclado e sistema operacional.

**PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL** será consultado especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

Cadastro de fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o município de Uberlândia - CADUDI.

Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores- SICAF - Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar.

**PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTES REQUISITOS:**

Habilitação Jurídica:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Prova de regularidade com as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal de Uberlândia para todos licitantes - domiciliados em Uberlândia ou não, fornecido pelo site da Prefeitura de Uberlândia, em que conste o CNPJ da licitante com a devida informação de que não está cadastrada (cadastro inexistente) ou não possui débitos. Os licitantes com cadastro inexistente no município de Uberlândia, deverá ser apresentada a impressão da tela do sítio da Prefeitura com a devida informação.

Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional:

Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado o qual comprove que a licitante forneceu ou está fornecendo, de forma satisfatória e sem restrições, o objeto pertinente, de características semelhantes.

Habilitação econômico-financeira:

Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

DECLARAR EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA HTTPS://WWW.GOV.BR/COMPRAS/PT-BR:

Declaração de idoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público.

Declaração atestando que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores (conforme Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).

Declaração de estar ciente que se enquadra em um dos dois regimes, na forma do disposto da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006.

Declaração do cumprimento do Art. 4°, §2° da Lei 14.133/2021 no caso de aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

**11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação, serão adimplidas com recursos da dotação orçamentária 01.122.7005.2258- Manutenção dos Serviços Administrativos- Fichas 26306, 9079 e 8905- determinada pelo Departamento de Contabilidade e Orçamento na solicitação.

11.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante termo aditivo ou apostilamento.

**Uberlândia, 19 de setembro de 2025**

**Ronaldo Sebastião Ferreira**

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO TV LEGISLATIVA**

**Aline Rezende Corrêa**

**CHEFE SEÇÃO DE PRODUÇÃO GRÁFICA E FOTOGRAFIA**

**Liza Fernandes Prado**

**VEREADORA-1ª SECRETARIA – ORDENADORA DE DESPESAS**

**ANEXO III - PROPOSTA DE PREÇOS**

Câmara Municipal de Uberlândia – Av. João Naves de Ávila, 1617 – Br. Santa Mônica – Uberlândia/MG

**Ref.: Processo nº 030/2025, Pregão Eletrônico 90016/2025 e Protocolo de nº.: 3042 de 14/05/2025**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DADOS DA EMPRESA – PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE** | | | | | | |
| Razão Social: | | | | | | |
| CNPJ: | | | Inscrição Estadual: | | | |
| Endereço: | | | | | | |
| Bairro: | | | | | CEP: | |
| Cidade: | | | | | | UF: |
| Telefone/Fax: | | | E-mail: | | | |
| Banco: | Agência: | | | Conta-Corrente: | | |
| **DAD DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL** | | | | | | |
| Nome completo: | | | | | | |
| Estado civil: | | Nacionalidade: | | | | |
| Identidade: | | CPF: | | | | |

Prezados Senhores,

Após cuidadoso exame e estudo do Edital em referência e seus Anexos, com os quais concordamos, viemos apresentar à Câmara Municipal de Uberlândia, a nossa Proposta Comercial objetivando a escolha da proposta mais vantajosa para **a aquisição de equipamentos audiovisuais profissionais, computador e contratação de assinatura, pelo período de vinte e quatro meses, de banco de imagens e vídeos, visando atender às demandas do Departamento TV Legislativa, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos**, conforme descrito abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 01** | | | | | |
| Item | Descrição do objeto | Qtde. | Marca/  modelo | Valor Unit. | Valor Total |
| 01 | MESA DE ÁUDIO DIGITAL 48 CANAIS 13 FADERS TELA TOUCH.  **MODELO DE REFERÊNCIA: BEHRINGER – WING COMPACT 48 CANAIS**  Característica Mínima:  Tipo: Mesa de mixagem digital estéreo de 48 canais e 28 barramentos; Pré-amplificadores: 24 Midas PRO;  Saídas: 8 Midas PRO;  Tela principal: LCD TFT de 10,1", 1280 x 800 px, toque capacitivo, giratória, ajuste contínuo: 15°- 60°, Tela LCD de grupo de 4 canais com faixa de cores RGB por canal 320 x 48 monocromático;  Faders: 13 motorizados de 100 mm (12 + 1 principal);  Conectividade: 3 portas AES50 (144 canais de entrada/saída), 2 portas Ethernet para controle remoto em rede e suporte para redes Dante e Waves SoundGrid;  Processamento de áudio: 40 canais de entrada estéreo com 5 slots de processamento, 8 canais auxiliares estéreo com slot de efeito único;  Controles personalizados: 4 controles rotativos totalmente atribuíveis, botões retro iluminados totalmente atribuíveis: 8 + 8, controles / botões rotativos variáveis:4 / 4;  Alimentação: Ajuste automático de 100-240 VCA (50/60 Hz), consumo de 130 W;  Temperatura de operação: 5°C a 40°C;  Impedância de saída auxiliar, TRS (desbalanceada/balanceada): 150 ohms / 300 ohms;  Impedância de saída dos fones / nível máximo de saída: 1 W máx. @ 30 Ohm;  Impedância de saída, conectores XLR (desbalanceados/balanceados): 75 ohms / 75 ohms;  Impedância de entrada, conectores TRS (desbalanceados / balanceados): 20 kohms / 40 kohms;  Nível máximo de entrada sem clipe, conectores TRS: +16 dBu;  Nível de saída auxiliar, TRS (nominal / máximo): +4 dBu / +16 dBu;  Impedância de saída auxiliar, TRS (desbalanceada/balanceada): 150 ohms / 300 ohms;  Impedância de saída dos fones / nível máximo de saída: 1 W máx. @ 30 Ohm  Nível de ruído residual, conectores XLR de saída 1-16, ganho unitário: -97 dBu;  Nível de ruído residual, conectores de saída TRS auxiliar e monitor: -95 dBu;  Acessórios Inclusos: Cabo de alimentação, Manual de Instruções, Abas para prender no rack;  Dimensões (AxLxP): 57,43 x 45,337 x 22,5 cm;  Cor: Preto.  GARANTIA: 02 ANOS.  CATMAT COMPRAS.GOV: 603739 | 01 |  | R$ | R$ |
| 02 | DESINSTALAÇÃO / INSTALAÇÃO.  Desmontagem da mesa de áudio existente no Plenário, retirando todos os cabos apontados pelo diretor da TV Câmara, montagem do novo equipamento e troca dos cabos.  Todos os equipamentos, ferramentas, EPIs e materiais indispensáveis à execução dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada.  CATSER COMPRAS.GOV: 13757 | 01 |  | R$ | R$ |
| 03 | TREINAMENTO  Treinamento técnico operacional da mesa de áudio para o operador do Departamento TV Legislativa.  Todas as despesas indispensáveis à execução do serviço deverão ser integralmente arcadas pela contratada.  CATSER COMPRAS.GOV: 17256 | 01 |  | R$ | R$ |
| **Valor global R$....(....)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 02** | | | | | |
| Item | Descrição do objeto | Qtde. | Marca/  modelo | Valor Unit. | Valor Total |
| 04 | MICROFONE GOOSNECK 18” COM CÁPSULA E WINDSCREEN.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE – MX418S**  Característica Mínima:  Haste de 18”;  Aproximadamente 45 cm ajustável;  Cápsula Supercardioide original com WideScreen.  Frequência: 50 Hz a 17 kHz;  SPL Máximo: 122,7 dB (1 kHz, 1% THD, Carga de 1kO);  Saída Analógica: 1x XLR 3-pinos;  Fontes de Alimentação: Phantom Power - Tensão de Operação:  11 a 52 V;  Comprimento do Cabo: 10' / 3 m  Dimensões da Caixa (LxAxP): 63,5 x 13,5 x 7,1 cm.  Cor Preto.  GARANTIA: 02 ANOS  CATMAT COMPRAS.GOV: 302370 | 02 |  | R$ | R$ |
| 05 | MICROFONE DE MÃO COM BASE RECEPTORA.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE - SISTEMA DE MICROFONE SEM FIO UHF SHURE BLX24RBR/SM58. MODELO:M15**  Característica Mínima:  Sistema sem fio digital em rack;  Frequência da entre 542-572 MHz;  Analógico / Digital: Analógico;  Faixa de operação: 300 pés. Linha de visão;  Resposta de frequência: 50Hz-15kHz;  Microfone Incluído: Transmissor BLX2 com cápsula SM58  Seleção de canal: Auto / Manual Fonte de alimentação - 2 baterias AA com até 14 horas;  Antena - 2 antenas de 1/4 onda;  Cabos de energia e demais acessórios.  Cor Preto.  GARANTIA: 02 ANOS  CATMAT COMPRAS.GOV: 302370 | 02 |  | R$ | R$ |
| 06 | ESPUMA WINDSCREEN.  **MODELO DE REFERÊNCIA: SHURE**  Característica Mínima:  Espuma WideScreen, para capsula de microfone goosnech da Shure.  Modelo do microfone: Shure – MX418S  Cor: Preta.  CATMAT COMPRAS.GOV: 253821 | 20 |  | R$ | R$ |
| **Valor global R$....(....)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 03** | | | | | |
| Item | Descrição do objeto | Qtde. | Marca/  modelo | Valor Unit. | Valor Total |
| 07 | CABO DE ÁUDIO PARA MICROFONE.  **MODELO DE REFERÊNCIA: DATALINK - MIC-030**  Característica Mínima:  Cabo para ligação de microfones balanceados e ou desbalanceados. 2X30MM, MAIS MALHA;  CONDUTOR: Condutores em cobre OFHC estanhado;  SEÇÃO: 0,30 mm² /~ 22AWG;  ISOLAÇÃO: Isolação em composto especial;  PRIMEIRA BLINDAGEM:  fita de poliéster aluminizada com 100% de cobertura;  SEGUNDA BLINDAGEM:  Malha de cobre estanhado OFHC;  COBERTURA: Cobertura emborrachada especial. (Ø 6,00 mm);  GRAVAÇÃO: Gravação dupla da metragem na cobertura externa, facilitando o controle de estoque;  ACONDICIONAMENTO: Disponibilizamos rolos de 50 a 100 metros, bobinas e carretéis;  Cor: preto  GARANTIA: 3 MESES  CATMAT COMPRAS.GOV: 382960 | 180 mts. |  | R$ | R$ |
| 08 | CONECTOR P2 STEREO.  **MODELO DE REFERÊNCIA: P2ST - SANTO ÂNGELO**  Característica Mínima:  Conector profissional tipo P2 estéreo;  Latão banhado a Ouro e Capa Preta.  GARANTIA: 6 MESES  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 |  | R$ | R$ |
| 09 | CONECTOR XLR MACHO.  **MODELO DE REFERÊNCIA: NEUTRIK MACHO - NC3MXX-D**  Característica Mínima:  Tipo de conexão: XLR Gênero: Macho de line Capacitância entre contatos: < 4 pF Contato de resistência: < 3 m Ohms Rigidez dielétrica: 1,5 kVdc Resistência de isolamento: > 10 GOhms (inicial) Corrente nominal por contato: 16 A Tensão nominal: <50 V Diâmetro externo do cabo: 3,5 - 8,0 mm Força de inserção: < 20 N Força de retirada: < 20 N Wiresize máx.: 2,5 mm² Wiresize máx. 14 AWG Fiação: Contatos de solda  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 |  | R$ | R$ |
| 10 | CONECTORES XLR FÊMEA.  **MODELO DE REFERÊNCIA: NEUTRIK FÊMEA - NC3FXX-EMC**  Característica Mínima:  Tipo de conexão: XLR; Gênero: fêmea de 3 polos;  Capacitância entre contatos: ≤ 4 pF;  Contato de resistência: < 3 m Ohms;  Rigidez dielétrica: 1,5 kVdc;  Resistência de isolamento: > 10 GOhms (inicial);  Corrente nominal por contato: 16 A;  Tensão nominal: <50 V;  Diâmetro externo do cabo: 3,5 - 8,0 mm;  Força de inserção: ≤ 20 N;  Força de retirada: ≤ 20 N;  CATMAT COMPRAS.GOV: 335395 | 30 |  | R$ | R$ |
| **Valor global R$....(....)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 04** | | | | | |
| Item | Descrição do objeto | Qtde. | Marca/  modelo | Valor Unit. | Valor Total |
| 11 | CAIXA DE SOM AMBIENTE – 02 ALTO-FALANTES.  **MODELO DE REFERÊNCIA: ALTO-FALANTE JBL SELENIUM AMBIENTARE C621**  Característica Mínima:  Caixa de som ambiental com duas vias;  Quantidade de alto-falantes: 2;  Tipo de sistema alto-falante de 6” e tweeter de 0,75” domo em PI;  Potência de 50W RMS;  Pressão máxima (Pico) de 110 dBSPL (calculado);  Resposta de frequência: 85Hz a 20KHz;  Impedância 8 Ohm;  Conexão Bornes;  Com suporte de parede;  Cor: Preto.  Dimensões: (AxLxP): 285mm x 215mm x 177mm  GARANTIA: 90 DIAS  CATMAT COMPRAS.GOV: 413673 | 02 pares |  | R$ | R$ |
| 12 | CAIXA DE SOM – COLUNA PASSIVA E ATIVA  **MODELO DE REFERÊNCIA: EDIFIER - R1280DB BIVOLT 42W RMS**  Característica Mínima:  Potência: 42W (21W x2);  Entradas Bluetooth (V4.0) - Óptica (24bit/48KHz) - Coaxial (24bit/48KHz) - Duas entradas RCA para conectividade com múltiplas fontes de áudio; Controles: Volume, agudos e baixo; Tweeter: Cúpula de 13 milímetros de seda, 4 Ohms; Woofer: 4 ", 6 Ohms; Impedância de entrada: 10K Ohms; Sensibilidade de entrada: PC: 750 mV ± 50 mV / AUX: 550 mV ± 50 mV; Frequência de resposta: 75Hz-18KHz (± 9 dB); Bivolt;  Dimensões: 146x234x196 mm (W x H x D) Cor: Preto.  Deve conter:  01-Coluna Passiva 01-Coluna Ativa 01-Controle Remoto 01-Cabo p2(3.5mm) -RCA 01-Cabo Dual RCA  01-Cabo Optical 01-Manual de Instruções  GARANTIA: 02 ANOS.  CATMAT COMPRAS.GOV: 413673 | 01 par |  | R$ | R$ |
| **Valor global R$....(....)** | | | | | |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO 05** | | | | | |
| Item | Descrição do objeto | Qtde. | Marca/  modelo | Valor Unit. | Valor Total |
| 13 | CARREGADOR DE BATERIA DA MARCA CANON COM CABO DE ENERGIA.  **A aquisição da peça da marca Canon justifica-se pelas recomendações contidas no manual do fabricante, referentes aos equipamentos flash Canon speedlite el-5 e à câmera fotográfica Canon eos r3, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico 90.021/24, cuja garantia ainda se encontra vigente.**  Característica Exata:  **MODELO: LC-E6/LC- E6E, PARA USO COM A BATERIA LP-E6 E CABO DE ENERGIA** [**ACPC-100BR**](https://www.loja.canon.com.br/pt/canonbr/ACPC-100BR)  Voltagem: 110V/220V;  Tempo de Recarga: Aprox. 2 horas 30 min;  Entrada Nominal: 100 - 240 V CA (50/60 HZ);  Saída Nominal: 8,4 V DC / 1,2ª;  Faixa de Temperatura de Trabalho: 5 ° C - 40 ° C;  Umidade de Trabalho: 85% ou menos;  Dimensões (LxAxP): 6,9x3,3x9,3 cm;  Cabo de alimentação para carregar LC-E6E  CATMAT COMPRAS.GOV: 362234 | 02 unid. |  | R$ | R$ |
| 14 | BATERIA DA MARCA CANON.  **A aquisição da peça da marca Canon justifica-se pelas recomendações contidas no manual do fabricante, referentes aos equipamentos flash Canon speedlite el-5 e à câmera fotográfica Canon eos r3, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico 90.021/24, cuja garantia ainda se encontra vigente.**  Característica Exata:  **MODELO: LP-E19, PARA UTILIZAÇÃO NAS CÂMERAS EOS R3 E EOS-1D X MARK II**  Bateria recarregável de Íons de Lítio (2700 mAh)  Tipo: Bateria de íons de lítio recarregável;  Tensão nominal: 10,8 V CC;  Capacidade Nominal: 2700 mAh;  Temperatura de operação: 0-45°C;  Dimensões: 68,45 x 34,2 x 92,8 mm.  CATMAT COMPRAS.GOV: 333185 | 02 unid. |  | R$ | R$ |
| **Valor global R$....(....)** | | | | | |

**ITENS AVULSOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição do objeto** | **Qtde.** | **Marca/**  **modelo** | **Valor Unit.** | **Valor Total** |
| 15 | ASSINATURA DO BANCO DE IMAGENS E VÍDEOS **FLICKR PRO UPLOAD**  Característica Mínima:  01 Assinatura por 24 (vinte e quatro) meses para 01 usuário;  Ferramentas para facilitar o gerenciamento de foto; Compartilhamento; hospedagem e partilha de imagens;  Criação, gerenciamento e armazenamento, por meio de sistema on-line, nuvem ou outro software com separação de fotos da produção de fotografias;  Criação de álbuns;  Imagens com resoluções de até 5K;  Reproduções de vídeos de até 10 minutos;  Armazenamento ilimitado;  Navegação sem anúncios;  Estacas Avançadas.  CATMAT COMPRAS.GOV: 21040 | 01 assinatura | **FLICKR PRO UPLOAD** | R$ | R$ |
| 16 | COMPUTADOR MONTADO, TODOS OS COMPONENTES DEVEM SER COMPATÍVEIS.  Característica Mínima:  **PLACA MÃE - MODELO DE REFERÊNCIA: Placa Mãe AsRock z690 AQUA.**   * Duas entradas PCIe Gen5 x16 slot, uma entrada PCIe 4.0 x16, uma entrada PCIe 3.0 x1. * Placa de rede onbord uma entrada de LAN 10/100/1000/2500 Mb/s e outro LAN 10/100/1000 Mb/s. * Saída onbord de Vídeo HDMI 2.1. * Memorias DDR5 de canal duplo, sendo 4 slots DIMM DDR5; Chiset Intel Z690; deve suportar Intel Core de décima segunda geração com soquete LGA1700; WIFI 802.11ax 6E, 8 Layers na PCB. Formato ATX. * 02 (Duas) portas de antena, 01(uma) porta HDMI, 2 (duas) portas USB 3.2 Gen2, 04 (quatro) portas USB 3.2 Gen1 tipo A, 02 (duas) portas RJ45 com LED e 01 (uma) BIO flashback Button; * Slot da CPU: 01(um) soquete Hyper M.2 tipo 2280 PCIe4x4 (64Gb/s), 01 (um) soquete Hyper M.2 tipo2242/2260/2280 PCIe4x4 (64Gb/s), 01 (um) soquete M.2 tipo 2230/2242/2260/2280 sata3 6Gb/s PCIe3x2 (16Gb/s), 06 (seis) conectores sata3 e 01 (um) conector independente sata3 6Gb/s. Deve aceitar overclocking.   **PROCESSADOR - MODELO DE REFERÊNCIA: PROCESSADOR I9 INTEL 12900K.**   * Socket: 1700 totalmente compatível com a placa mãe; * Frequência Base: 3.2 GHz; * Frequência Core Turbo: Até 5.2 Ghz; * Intel Smart Cache: 30MB; * Núcleos: 16 (8P+8E); * Threads: 24; * Velocidade de memória: DDR5: 4800MHz * Suporte a PCIe Gen 5.0, 4.0, 3.0.   **PLACA DE VÍDEO - MODELO DE REFERÊNCIA: PLACA DE VÍDEO GPU GEFORCE RTX 3080 NB 10G LHR-V**   * OFF Bord, para PCI Express PCIe 4.0 x16; * TDP: 370w; * GPU: Ga102; * Cuda: 8704; * Core clock: até1710MHz; * One-Key OC: 1440mhz - Boost: 1755mhz; * Memória: 10GB; * Tipo de memória: GDDR6x; * Velocidade da memória: 19gbps; * Conexão: 3\*DP+1\*HDMI; * Suporte OpenGL: OpenGL4.6; * PCI Express: 4.0; * Alimentação recomendada: 750w ou superior.   **PLACA DE CAPTURA - MODELO DE REFERÊNCIA: PLACA DE CAPTURA SDI DECKLINK DUO DOIS /BLACKMAGIC/**  **SSD NVME 2280 DA FURY.**   * Captura/reprodução de até 1080p60; * Canais de áudio: 16 x Embedded, HD e SD (entrada e saída); * Taxa de amostragem de áudio: 24 bits, 48 kHz; * 8-/10-bit 4:2:2 em todos os modos até 1080p30; * 4:4:4 de 12 bits até 1080p30 no modo de reprodução; * Downconversion de HD para SD; * Upconversion de SD para HD; * Conversão cruzada de hardware entre 720p e 1080p na reprodução; * Gravando. 601 e Rec. 709 espaço de cores; * Entrada de Sincronização: Tri-Sync ou Black Burst   **MEMÓRIA RAM - MODELO DE REFERÊNCIA: MEMÓRIA RAM DDR5 FURY.**   * Capacidade Total: 32GB (2x16GB); * Frequências: 5600MHz; * Latência: 40-40-40; * Tensão: 1.25V; * Temperatura de operação: 0°C a 85°C; * Dimensões: 133,35 mm x 34,9 mm x 6,62 mm; * Compatibilidade: Intel XMP; DDR5; * CL40.   **DISSIPADOR DE CALOR - MODELO DE REFERÊNCIA: FONTE COSAIR 1000W**   * Conector ATX: 1; * Potência Contínua W: 1000 Watts; * Conector EPS: 2; * Tamanho do ventilador MM: 140 mm; * Conector PCIe: 5; * Fator de forma da fonte de alimentação: ATX; * Eficiência 80 PLUS: Platinum; * Compatível com a placa mãe e os periféricos solicitados, todos os cabos de acordo com consumo e alimentação dos circuitos.   **GABINETE TIPO DE RACK 19” - MODELO DE REFERÊNCIA: GABINETE RACK PARA SERVIDOR K-MEX - CR-S455.**   * Cor: preto fosco; * Gabinete com tampa superior, fixadas com parafusos de roscas; * Chassi: SECC 1.2 mm; * Altura: 4U; * Largura: 19”; * 7 slots de placas para placa de perfil normal; * Baias: 3 baias externas de 5¼, 8 baias internas de 3½, 6 baias internam de 2½; * Painel frontal: 1 (um) chave de Liga/Desliga, 1 (um)chave de Reset, LED azul indicador de funcionamento, LED vermelho indicador de acesso a discos; * 2 (duas) portas USB frontais; * Placas mãe compatível: ATX e Micro ATX; * Fontes no padrão ATX; * Ventilação: Frontal: 1 cooler de 12 x 12 cm (incluso e instalado); Traseiro: 2 entradas para cooler de 60 x 60 mm; * Dimensões (C x L x A): 590 x 548 x 265mm.   **MONITOR DE VÍDEO - MODELO DE REFERÊNCIA: MONITOR GAMER SAMSUNG 27" T350.**   * Tamanho: 27"; * Formato: Plano; * Proporção de Tela: 16:9; * Tipo de painel: IPS; * Brilho (Típico): 250 cd/m², Brilho (mínimo): 200 cd/m²; * Contraste Estático: 1000:1 (padrão); * Tipo de Contraste: Mega; * Resolução: 1920 x 1080 (full HD); * Tempo de resposta: 5 (GTG; * Ângulo de visão (horizontal / vertical): 178°/178°; Suporte de Cor: Máx 16,7 milhões; * Taxa de atualização: 75 Hz máx; * Alimentação: Voltagem: AC 100 ~ 240V; * Dimensões: Conjunto com suporte (LxAxP): 612,1 x 463,9 x 232,0 mm.   **SSD DE 1 TB - MODELO DE REFERÊNCIA: SSD DE 1 TB KINGSTON FURY RENEGADE**   * Capacidades: 1000 GB; * Resistência: 1.0 PBW; * MTBF: 1.800.000 de horas; * Formato: M.2 2280; * Interface: PCIe 4.0 NVMe; * Controlador: Phison E18; * NAND: 3D TLC; * Dimensões: 80 mm x 22 mm x 2,21 mm; * Leitura/Gravação 4K: até 900.000/1.000.000 IOPS; * Consumo de energia: Inativo: 5mW, Med: 0.33W, Leitura 2.8W (MAX), Gravação: 6.3W (MAX); * Desempenho: Leitura: 7300 MB/s, Gravação: 6000 MB/s.   **SSD DE 4 TB - MODELO DE REFERÊNCIA: SSD DE 4 TB - KINGSTON FURY RENEGADE**   * Capacidades: 4000 GB; * Formato: M.2 2280; * Interface: PCIe 4.0 NVMe; * 7.300MB/s para Leitura, 7.000MB/s para Gravação.   **MOUSE - MODELO DE REFERÊNCIA: MOUSE WIRED DESKTOP 600**   * Mouse Óptico 800dpi; * Roda de rolagem (scroll); * Alimentação: USB; * Cor: Preto; * Equipamentos compatíveis: PC; * Design Ergonômico.   **TECLADO - MODELO DE REFERÊNCIA: TECLADO WIRED DESKTOP 600**   * Cor: Preto; * Conexão: USB; * De acordo com as Normas ABNT 2; * Controle suas atividades de mídia: tocar, pausar, aumentar ou diminuir o volume, mudo e abrir o Media Player com um simples toque de um botão; * Teclas de acesso rápido do Windows;   **SISTEMA OPERACIONAL - MODELO DE REFERÊNCIA: SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS PRO 11**   * Windows pro 11; * Processador: 1 GHz (gigahertz) ou mais rápido com 2 ou mais núcleos em um processador de 64 bits compatível ou SoC (System on a Chip); * RAM: 4 GB (gigabytes); * Armazenamento: Dispositivo com armazenamento de 64 GB ou mais; * Firmware do sistema: UEFI, compatível com Inicialização Segura; * TPM: (Trusted Platform Module) versão 2.0; * Placa gráfica: Compatível com DirectX 12 ou posterior com driver WDDM 2.0; * Tela: Tela de alta definição (720p) com mais de 9 polegadas na diagonal, 8 bits por canal de cor.    GARANTIA: 1 ANO.  CATMAT COMPRAS.GOV: 27111 | 03 unid. |  | R$ | R$ |

1. Os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração e outras, materiais, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
2. Prazo de validade da proposta, de, no mínimo **(90 (noventa)** dias, contados da data da abertura da sessão pública.
3. Declaro ter ciência que os itens serão fornecidos conforme o disposto no Termo de Referência devendo ser entregues em até 40 (quarenta) dias do recebimento do Empenho.
4. **Declaro que tenho conhecimento do prazo de execução** estabelecido no Termo de Referência.
5. Concordamos com todas as informações contidas nos anexos deste Edital.

Local, ......................de..................de 2025.

**ANEXO - III**

**MINUTA DE CONTRATO DE Nº.: XXXX/2025**

**(Atenção contrato apenas para o item 015)**

**Instrumento Contratual que entre si celebram a CÂMARAMUNICIPAL DE UBERLÂNDIA e a empresa XXXXX.**

Pelo presente instrumento, que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**, com sede nesta cidade, na Av. João Naves de Ávila, 1617, bairro Santa Mônica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.720.165/0001-45, neste ato representada pelo seu Presidente **Rosenvaldo Correia de Mendonça**, brasileiro, agente político, inscrito no CPF/MF sob o nº \*\*.117.026\*\*e pelo 1ª Secretária Ordenadora de Despesas **Liza Fernandes Prado**, brasileira, jornalista e agente político, inscrito no CPF sob nº \*\*\*.852.801\*\*, ambos residentes e domiciliados nesta cidade, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro **...........................,** empresa sediada em.........................., à ..............................., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ..................., neste ato representada por ..................................................., residente e domiciliado em............................, inscrito no CPF/MF sob o nº .................................., doravante denominada **CONTRATADA**, pactuam o presente contrato**,** conforme quantidades e especificações mínimas do Edital e seus Anexos atendendo ao disposto nos termos das Cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS**

* 1. O presente instrumento contratual decorre da Licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90016/2025, Processo nº030/2025 Protocolo sob nº03042 de 14/05/2025 homologado em .../.../...**, do tipo **“menor preço do grupo e item”** atendendo o disposto na Lei Complementar 123/2006, 147/2014, alterações e legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e Portaria 205 de 2023 da Câmara Municipal de Uberlândia-MG.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

**2.1** Constitui objeto deste instrumento a **assinatura do banco de imagens e vídeos FLICKR PRO UPLOAD** para a Câmara Municipal de Uberlândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital Pregão Eletrônico 90016/2025e seus Anexos, na Proposta vencedora e na forma prevista no Anexo I – Termo de Referência do respectivo Edital.

**2.2** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**2.2.1** O Termo de Referência;

**2.2.2** O Edital da Licitação;

**2.2.3** A proposta do Contratado;

**2.2.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULATERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1** O prazo de vigência da contratação será **por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da última assinatura digital válida**, podendo ser prorrogado na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, observadas as diretrizes previstas na legislação.

**3.2** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**3.3** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**3.4** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3.5** Os contratos com indicação de vigência a partir de sua assinatura devem ter o marco inicial fixado somente após colhidas todas as assinaturas digitais dos signatários.

**CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (**[**art. 92, IV, VII e XVIII)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

**4.1** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, garantias dos produtos, recebimento do objeto e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4.2** O recebimento definitivo dos itens licitados, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA SEXTA – PREÇO (**[**art. 92, V)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

**6.1** O valor global estimado da contratação é de R$.......... (.....), conforme discriminado no quadro a seguir:

(colar aqui a proposta vencedora)

**6.2** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**6.3** **O preço é fixo e irreajustável nos primeiros 12 meses da contratação.**

**CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (**[**art. 92, V e VI**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**7.1** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO**

* 1. A Administração Pública assegurará a manutenção das condições efetivas da proposta, garantindo a preservação do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em estrita conformidade com o art. art. 6º, LVIII, art.92, § 3º e art. 131, §4º, Lei 14.133/21.
  2. **Para o reajuste de preços será observado:** 
     1. Os preços inicialmente contratados referentes ao Módulo 5 da planilha de composição de custos são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 meses;
     2. Após 12 meses de vigência contratual, **será admitido o reajuste** visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do valor, por meio da recomposição da perda do poder aquisitivo da moeda;
     3. O reajuste se dará mediante a aplicação do **INPC/IBGE - Índice Nacional de Preço ao Consumidor**, ou outro que legalmente o substitua, mediante solicitação expressa da Contratada. (reajustamento em sentido estrito).
     4. Para fins de apuração do índice a data-base para contagem do interregno de 12 (doze) meses para o primeiro reajuste será a **data do orçamento estimado**, qual seja, **07/08/2025.**
     5. Para novos reajustes contratuais subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos decorrentes do último termo de reajustamento de preço.
  3. **Para a revisão contratual será observado (art. 131 lei 14.133/21):**
     1. **A revisão é o mecanismo excepcional** para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, aplicável em caso de:
        + 1. Superveniência de **fatos imprevisíveis**, ou **previsíveis, porém de consequências incalculáveis**, que acarretem onerosidade excessiva para a Contratada;
          2. Ocorrência de **caso fortuito ou força maior**, regularmente comprovados, que afetem diretamente os custos do contrato;
          3. Impactos decorrentes do **fato do príncipe** ou **fato da administração**, que provoquem desequilíbrio substancial na equação contratual.
     2. A revisão não está vinculada a periodicidade e pode ser pleiteada a qualquer tempo, desde que comprovado o desequilíbrio e o nexo de causalidade entre o evento e a onerosidade excessiva;
     3. A revisão contratual será formalizada pôr termo aditivo, após a análise e a aprovação da administração.

**8.4** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

**8.6** A Administração analisará o pleito no prazo de 30 dias úteis a contar do protocolo do requerimento completo, podendo solicitar informações e documentos adicionais.

**8.7** Os registros decorrentes de reajuste serão formalizados por simples apostila nos termos do art. 136 da lei 14.133/21.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (**[**art. 92, X, XI e XIV**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**9.1** **São obrigações do Contratante:**

**9.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**9.3** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**9.4** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

**9.5** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**9.6** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

**9.7** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

**9.8** Cientificar a procuradoria jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**9.9** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**9.10** A Administração terá o prazo de *01 (um mês),* a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**9.11** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

**9.12** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (**[**art. 92, XIV, XVI e XVII)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)

**10.1** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**10.2** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm));

**10.3** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**10.4** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**10.5** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.6** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.7** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**10.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**10.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**10.10** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**10.11** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**10.12** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));

**10.13** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art116));

**10.14** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**10.15** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124)

* 1. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.
  2. Cumprir com as garantias do produto conforme disposto no Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (**[**art. 92, XII**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (**[**art. 92, XIV**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), o contratado que:

* + 1. der causa à inexecução parcial do contrato;
    2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
    3. der causa à inexecução total do contrato;
    4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
    5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
    6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
    7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
    8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm#art5).

**12.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§2));
2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§4));
3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§5)).
4. **Multa conforme disposto no artigo 115 da Portaria 205 de 2023, da Câmara Municipal de Uberlândia, nos seguintes termos:**
   * 1. Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, cal­culado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
     2. Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contrata­ção direta em caso de recusa do licitante ou futuro contra­tado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
     3. Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o va­lor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado re­tardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações as­sumidas, tais como:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certa­me licitatório;

b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

c) tumultuar a sessão pública da licitação;

d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade pre­gão, a despeito da declaração em sentido contrário;

e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;

f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores da Câmara Municipal, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela autoridade competente;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo con­cedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/06 e suas alterações;

h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos re­petitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e

i) outras situações de natureza correlata.

* + 1. Multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o va­lor total da adjudicação da licitação ou do valor da contra­tação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante prazo do contrato;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertên­cia;

c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Câmara Mu­nicipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;

d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo con­tratante;

f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

g) utilizar as dependências do contratante para fins diver­sos do objeto do contrato;

h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a ge­rar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Câmara;

k) deixar de repor funcionários faltosos;

l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipó­tese de contratação de serviços de mão de obra;

m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales- refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

p) outras situações de natureza correlatas.

* + 1. Multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o va­lor total da adjudicação da licitação ou do valor da contra­tação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
    2. Multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamen­to.

**12.3** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§9))

* + 1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§7));
    2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art157));
    3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§8));
    4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.4** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art158), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.5** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art156§1)):

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.6** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm%25art159)).

**12.7** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art160)).

**12.8** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art161)).

**12.9** As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#163).

**12.10** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-seges-me-no-26-de-13-de-abril-de-2022).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (**[**art. 92, XIX**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**13.1** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, devendo ser observado os quantitativos de itens contratados, salvo se for prorrogado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

* + 1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
    2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
    3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**13.2** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art137), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

* + 1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art138).
    2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
    3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.3** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.3.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.3.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.3.3** Indenizações e multas.

**13.4** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art131)).

**13.5** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (**[**art. 92, VIII**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**14.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados neste exercício, na dotação discriminada: 01.122.7005.2258 - Manutenção dos Serviços Administrativos - Ficha 9079 – 3.3.90.30.39 – Outros serviços de Terceiros PJ – 01 assinatura de periódicos e anuidades.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (**[**art. 92, III**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92)**)**

**15.1** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm), e demais normas federais aplicáveis e subsidiariamente, e Portaria 205 de 2023 da Câmara Municipal de Uberlândia ,segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

**16.1** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art124).

**16.2** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da Procuradoria do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art136).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**17.1** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Uberlândia.

**CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ASSINATURA DO CONTRATO.**

**18.1** As partes, bem como as testemunhas envolvidas neste instrumento formalizam o acordo que o presente instrumento contratual poderá ser assinado de forma eletrônica, com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade do documento, com fulcro na Lei nº 14.063, de 23/09/2020 e do Decreto nº 10.278, de 18/03/2020, sendo as assinaturas consideradas válidas e executáveis.

**18.2** Não será permitida assinatura hibrida digital e física.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (**[**art. 92, §1º**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1)**)**

**19.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Uberlândia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art92§1).

Uberlândia-MG, .... de ..................... de 2025.

**Presidente 1ª Secretária e Ordenadora de Despesas**

**CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA**

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome Nome

CPF CPF